

GESTÃO DE COMPRAS DE MATERIAIS DE LABORATÓRIO DE SAÚDE EM UMA UNIVERSIDADE: DA ADEQUAÇÃO DO PEDIDO À REDUÇÃO DE CUSTOS

CAMILLE DE LA CRUZ LUI

UNINOVE – Universidade Nove de Julho
camillelui@yahoo.com.br

SIMONE AQUINO

UNINOVE – Universidade Nove de Julho
siaq66@uninove.br

INTRODUÇÃO

Os problemas nascidos com os custos crescentes no setor de saúde promovem a adoção de novas formas de controle, visando maior aproveitamento dos recursos e a viabilidade destas instituições. Uma universidade, seja esta pública ou privada, tem como missão a atividade educacional formativa. Entre os pilares da atividade universitária está a área da saúde, que visa preparar profissionais capacitados e cidadãos conscientes e capazes de desenvolver os projetos sociais e seus projetos de vida. Dentro da área de ciências biológicas e ciências médicas, são oferecidos cursos como medicina, odontologia, farmácia, biomedicina, biologia, enfermagem, entre outros pertinentes à área.

A universidade oferece uma completa infraestrutura, composta por modernos laboratórios, proporcionando aos estudantes um ambiente apto para a prática de rotinas técnicas, inerentes à formação e às práticas profissionais. Os laboratórios de saúde são ambientes complexos e dinâmicos que necessitam adaptar-se rapidamente às necessidades de saúde pública e as pressões sempre crescentes do mercado, isto significa a aquisição de materiais caros e específicos para tais atividades acadêmicas, visando o aperfeiçoamento no diagnóstico e pesquisa.

Por outro lado, os laboratórios também devem atender às normas de biossegurança e de gerenciamento de resíduos, para a segurança do pessoal envolvido na manipulação de materiais (pesquisadores, técnicos, estudantes, etc.) que contém microrganismos ou material infectado (sangue, escarro, líquido, fezes, etc.) e descarte correto dos mesmos. Apesar da Biossegurança no Brasil estar formatada legalmente para tratar da minimização dos riscos em relação aos organismos geneticamente modificados, sua abrangência é muito mais ampla, pois envolve os organismos não geneticamente modificados e suas relações com a promoção de saúde no ambiente de trabalho, no meio ambiente e na comunidade (GARCIA e ZANETTI-RAMOS, 2004).

O responsável pelo estabelecimento gerador deverá implementar um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), definido como um conjunto de procedimentos de gestão, planejados e implementados baseando-se em normas científicas, normativas e legais, com o objetivo de minimizar a produção e proporcionar aos resíduos gerados um encaminhamento seguro, de forma eficiente, visando a proteção dos funcionários, a preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente. O PGRSS deve ser elaborado com base nas características e volume dos resíduos de serviços de saúde gerados, estabelecendo as diretrizes de manejo desses resíduos, incluindo as medidas de: segregação, acondicionamento, identificação, transporte interno, armazenamento intermediário, armazenamento temporário, tratamento, armazenamento externo, coleta e transporte externo e destinação final. Cada uma dessas etapas é indicada de maneira específica para cada tipo de resíduos de serviços de saúde. Contudo, alguns geradores muitas vezes não possuem essa consciência e os conhecimentos necessários. Muitas vezes também lhes falta infraestrutura para realizar adequadamente o gerenciamento dos RSS (GARCIA e ZANETTI-RAMOS, 2004). Por isso, materiais que aparentemente são considerados insumos simples e básicos, têm papel fundamental no gerenciamento de RSS.

O setor responsável pelos orçamentos e atividades operacionais rotineiras relativas ao processo de compras, passou a ocupar uma posição estratégica na estrutura das empresas, principalmente no que diz respeito a ganhos de competitividade pela racionalização e redução de custos (BERNARDES *et al.*, 2009).

Neste ambiente específico, a função de um departamento de compras tem quatro objetivos principais: obter mercadorias e serviços na quantidade certa, com qualidade e a um menor custo, garantir que a entrega seja feita de maneira correta e desenvolver e manter boas relações com os fornecedores (SIMÕES e MICHEL, 2004).

Suas funções evoluíram de um caráter mais reativo e de atendimento a demandas de outros setores internos à empresa, como produção e manutenção para um participante ativo na formulação das estratégias da empresa, principalmente no que tange à redução de custos como forma de manter e ampliar a competitividade (BERNARDES *et al.*, 2009).

A busca pela melhoria na prática de compras desses materiais necessita da interação entre os departamentos. Muitas vezes o profissional que exerce a função de comprador, não está familiarizado com a área da saúde e, tampouco conhece os equipamentos e insumos específicos da prática laboratorial. Os fluxos de informações que determinam os processos administrativos podem apresentar-se de forma truncada e ineficaz, gerando ineficiência e baixa produtividade de informações, que prejudicam a estrutura decisória da empresa (DE VARGE MALDONADO e BATISTA, 2008).

As informações descritas pelo solicitante/supervisor do laboratório também é de suma importância neste processo, uma vez que a descrição errônea da solicitação dos materiais reflete em falhas no gerenciamento de custos, comprometimento de recursos e desqualificação do material para o exercício de determinada tarefa.

Uma instituição de ensino geralmente investe de forma constante no aprimoramento e eficiência de seus serviços, portanto este relato tem por finalidade, analisar possíveis falhas na aquisição de materiais especiais de laboratório, através da análise dos processos administrativos de requisição. Observou-se que padronizando as planilhas de descrição detalhada para ordem de compra, haverá influência positiva direta na redução de custos e maior desempenho na circulação de informações dentro de todas as unidades da universidade em questão.

REFERENCIAL TEÓRICO

O questionamento a respeito de aquisições e desperdício de materiais na área da saúde é um assunto de abordagem ampla e diversos estudos já analisaram as falhas sobre desperdícios através de diversos ângulos, tanto no setor público, visando à economia, quanto o privado, esse visando economia com reflexo também nos lucros através dos serviços prestados. Desperdício pode ser definido como sendo o uso dos recursos disponíveis de forma descontrolada, abusiva, irracional e inconsequente. É o uso sem necessidade, sem finalidade e sem objetivo definido. O desperdício não está ligado, necessariamente, ao uso da quantidade acima das necessidades que se tem. Às vezes se gasta pouco, mas se gasta mal, e isso também é desperdício (SACRAMENTO, 2001).

De acordo com Castilho *et al.* (2011), nesta perspectiva, entende-se que o desperdício na área de saúde é representado pelo gasto desnecessário de recursos na produção de processos, produtos, procedimentos ou serviços destinados à assistência aos clientes. Na verdade, o desperdício na área da saúde vem agravar as dificuldades já existentes devido aos recursos escassos. Ele pode ocorrer de diferentes formas. Há desperdícios relacionados a materiais e medicamentos, desde a compra de grandes estoques, que dificulta o controle, até a aquisição de material de qualidade questionável, bem como devido ao uso de forma inadequada (CASTILHO *et al.*, 2011).

A compra de equipamentos sem um estudo sobre a sua viabilidade econômica, relacionada ao custo da aquisição, demanda de utilização, preços de acessórios e componentes a serem continuamente substituídos, é uma prática dispendiosa nos serviços de saúde, além da falta de manutenção preventiva dos mesmos (CASTILHO *et al.*, 2011).

Como exemplo do setor privado, em decorrência de uma conjuntura econômica nacional complexa, o setor da saúde privada, tem enfrentado grandes dificuldades financeiras,

sem poder repassar seus aumentos de custos automaticamente para os preços devido a fatores relacionados, principalmente, à competitividade do mercado e a pressão da sociedade (CASTILHO, 2002).

Este cenário trouxe aos gerentes e profissionais de saúde a necessidade de aquisição de conhecimentos sobre custos, a busca de medidas para equilibrá-los com os recursos financeiros, a competência na alocação de recursos e a otimização de resultados (CASTILHO, 2002).

Assim, segundo Aranha e Vieira (2001), as preocupações dos gestores da saúde têm se voltado para apuração e controle dos custos e também para medidas de contenção destes custos enfocando, principalmente, o desperdício.

A aquisição de matérias primas, suprimentos e componentes, representam um fator decisivo na atividade de uma empresa, pois dependendo de como é conduzida podem gerar redução nos custos e melhorias consideráveis nos lucros (SIMÕES e MICHEL, 2004).

Os materiais adquiridos por um laboratório (desde reagentes até sacos de descarte) devem seguir normas e legislações pertinentes à área de biossegurança em saúde. Um exemplo de item de suma importância em laboratórios de microbiologia e análises clínicas são os chamados sacos especiais para autoclave, onde os resíduos infectantes são acondicionados para serem submetidos à esterilização por calor, tornando os resíduos inócuos.

E por que devem ser comprados? De maneira a atender a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 306 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2004), todo material considerado Resíduo de Serviço de Saúde (RSS) que contenha fluidos biológicos (escarro, fezes, sangue, líquido, etc.) deve ser descartado como resíduo classificado como A, ou seja, infectante, contendo *Agentes Biológicos* como bactérias, fungos, vírus, clamídias, riquetsias, micoplasmas, príons, parasitas, linhagens celulares, outros organismos e toxinas.

O objetivo desta diretriz é seguir os princípios de biossegurança para evitar acidentes, prevenir os riscos à saúde pública e o meio ambiente, atendendo também o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). A RDC nº 306 define como gerenciamento dos RSS como: "...um conjunto de procedimentos de gestão, planejados e implementados a partir de bases científicas e técnicas, normativas e legais, com o objetivo de minimizar a produção de resíduos e proporcionar aos resíduos gerados, um encaminhamento seguro, de forma eficiente, visando à proteção dos trabalhadores, a preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente. O gerenciamento deve abranger todas as etapas de planejamento dos recursos físicos, dos recursos materiais e da capacitação dos recursos humanos envolvidos no manejo dos RSS. Todo gerador deve elaborar um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS, baseado nas características dos resíduos gerados e na classificação constante do Apêndice I, estabelecendo as diretrizes de manejo dos RSS”.

A RDC nº 306 ainda define como geradores de RSS todos os serviços relacionados com o atendimento à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar e de trabalhos de campo; laboratórios analíticos de produtos para saúde; necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento (tanatopraxia e somatoconservação); serviços de medicina legal; drogarias e farmácias inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos, importadores, distribuidores e produtores de materiais e controles para diagnóstico *in vitro*; unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de tatuagem, dentre outros similares.

De acordo com a norma (RDC nº 306) compete a todo gerador de RSS elaborar seu Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS, que é o documento que institui as ações relativas ao manejo dos resíduos sólidos, observadas suas características e

riscos, no âmbito dos estabelecimentos, contemplando os aspectos referentes à geração, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final, bem como as ações de proteção à saúde pública e ao meio ambiente.

Para serviços com sistema próprio de tratamento de RSS, o registro das informações relativas ao monitoramento destes resíduos, de acordo com a periodicidade definida no licenciamento ambiental. Os resultados devem ser registrados em documento próprio e mantidos em local seguro durante cinco anos.

Portanto, o resíduo gerado em laboratórios de ensino não é um resíduo qualquer e sim classificado como resíduo do Grupo A1 (culturas e estoques de microrganismos resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados; meios de cultura e instrumentais utilizados para transferência, inoculação ou mistura de culturas; resíduos de laboratórios de manipulação genética). Estes resíduos não podem deixar a unidade geradora sem tratamento prévio. Devem ser inicialmente acondicionados de maneira compatível com o processo de tratamento a ser utilizado, através de processo físico ou outros processos que vierem a ser validados para a obtenção de redução ou eliminação da carga microbiana, em equipamento compatível com a inativação microbiana (ANVISA, 2004). Para tal acondicionamento, são necessários os sacos de autoclave, especiais por resistirem ao calor e pressão (121 °C a 1 atmosfera) no equipamento usado para esterilizar e, deste modo, destruir todas as formas infectantes do resíduo, a autoclave.

METODOLOGIA DA PRODUÇÃO TÉCNICA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho consiste em observação participativa (do autor do relato), revisão bibliográfica e análise documental e descritiva dos dados extraídos do sistema de pedido de compras da instituição. Trata-se também de um estudo de caso, referente a uma unidade laboratorial de uma instituição de ensino superior, com formação na área de saúde e ciências biológicas.

Atualmente a universidade é administrada pelo reitor/fundador da instituição de ensino e é composta por quatro campi (distribuídos em diferentes bairros da cidade de São Paulo), todos localizados em pontos de fácil acesso na área urbana. Além dos cursos de graduação, a instituição oferece à população o colégio, o centro de pós-graduação – *Latu sensu* e *Stricto sensu* e conta com a presença da instituição em outras cidades do interior.

A universidade hoje é formada por mais de 100 mil alunos, 3.000 professores e colaboradores técnicos. Entre as atividades oferecidas dentro da área de saúde, estão o investimento e o incentivo feito à área de pesquisa acadêmica, a instituição conta com 79 grupos de pesquisa formados por professores e alunos pesquisadores. Todos os grupos são certificados pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Tecnologia (CNPq), cuja produção científica vem alcançando grande destaque no meio educacional.

Os campi oferecem aos cursos de saúde o apoio de laboratórios. Ao total são 38 laboratórios multidisciplinares de biociências, 24 laboratórios de anatomia, 5 de fisioterapia, 8 de práticas clínicas, 4 de radiologia e 1 laboratório de análises clínicas. Incluindo Ambulatórios Integrados da Saúde (AIS), que fazem atendimento ao público, oferecendo serviços médicos, nutrição, fisioterapia, enfermagem e odontológico. Esses departamentos dependem de suprimentos e materiais para funcionamento, das mais diversas formas e apresentações como equipamentos, descartáveis, reagentes, meios de cultura, materiais de EPIs (equipamentos de proteção individual), etc.

Nestas unidades de ensino, após as aulas práticas nos laboratórios de saúde, principalmente nos cursos de análise clínicas e microbiologia, adota-se a esterilização de

culturas de bactérias patogênicas (causadoras de doenças) por método físico (calor úmido) através de equipamento de autoclave. A autoclave é um aparelho utilizado nos processos de esterilização a vapor e pressão, sendo empregada para materiais destinados a análises, meios de cultura e materiais contaminados para descarte, deve-se colocar em saco próprio para autoclave, esterilizar a 121 +/- 1° C por 30 minutos e descartar (SALVATORI *et al.*, 2013). Esse material é colocado previamente dentro dos sacos de autoclave, produzido dentro dos padrões da NBR 9191/93 da ABNT (ASSAD *et al.*, 2001) para a realização do procedimento.

Os técnicos de laboratórios, dentre outras funções, devem estar atentos ao controle e falta de algum tipo de material, fundamental para os procedimentos práticos de ensino, e biossegurança, solicitando a compra na falta, descarte por validade vencida de reagentes ou diminuição de um determinado item (como descartáveis) no estoque do setor. Entretanto, os técnicos não efetuam a compra direta. Essa tarefa é realizada por outro departamento, o setor de compras, responsável pela aquisição e compras de todos estes materiais, bem como outros, de outras áreas de ensino da instituição.

CONTEXTO DO PROJETO OU SITUAÇÃO-PROBLEMA

Através da observação direta, o recebimento em grande volume de alguns itens laboratoriais era incompatível com o volume necessário para as práticas laboratoriais, além disso, na análise documental dos pedidos, o volume solicitado não era compatível com as unidades recebidas pelo funcionário do laboratório.

Foi observado também que o fluxo do procedimento de aquisição de um item, necessário ao trabalho, se dá por meio do pedido do solicitante e/ou supervisor de laboratório que, num primeiro instante, elabora uma solicitação descritiva do bem, reagente ou material, na forma de memorando. Junto ao memorando, o solicitante deve ainda elaborar em planilha *excel*, a descrição livre e preço de três fornecedores, ou seja, três orçamentos diferentes.

Essa planilha é impressa, e anexada ao memorando de compras, sendo apresentado à chefia administrativa da unidade. Após a aprovação do pedido, retorna ao solicitante/supervisor do laboratório para conferência das descrições do material solicitado, e encaminhado ao setor de compras para providências.

Posteriormente a compra do bem, reagente ou materiais diversos e, tão somente no momento do recebimento dos mesmos, o responsável pelos laboratórios ou outro empregado com competência técnica adequada para isso, confere o recebimento do material. Em seguida esta informação é remetida confirmando que o material já está disponível no laboratório ou unidade. Nesta etapa é onde os erros de requisição são encontrados, apenas após a entrega dos bens.

Para o desempenho efetivo desta descritiva, é necessário o envolvimento dos diferentes setores que compõem a organização. Um desvio na má especificação do material solicitado (por falta de conhecimento técnico do comprador), ou a utilização de ferramentas inadequadas para tal procedimento, resultará na compra indevida do produto e desperdício financeiro (quando as unidades excedem a quantidade realmente necessária).

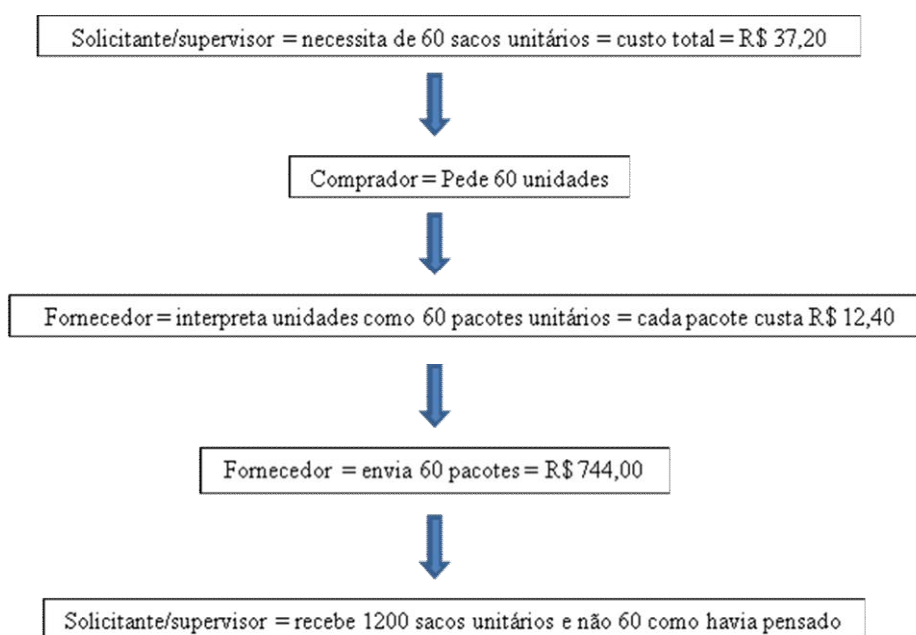
Este processo inclui muitas variáveis na aquisição de materiais para o laboratório, envolvendo outros departamentos da empresa, a começar pelo setor usuário do bem ou serviço a ser adquirido.

Um dos itens, onde se detectou falha na requisição (descritivo) e aquisição errada em volume, ocorrido em um dos laboratórios, foi referente à compra de sacos de autoclave. O descarte de resíduos do laboratório, após as aulas práticas de análise clínica e microbiológica, é necessário saco de autoclave para o devido tratamento de resíduos do tipo A.

O número de sacos é calculado de acordo com a produção de aulas práticas, onde culturas de microrganismos contidas, em placas de Petri de descartáveis, são dispostas em sacos de autoclave, que podem ser adquiridos numa capacidade de volume de 100 litros, sendo preenchido por várias placas contaminadas.

Através da análise de conteúdo das solicitações de sacos de autoclave, foi observada a falha na etapa descritiva do item, ou seja, no memorando. O pedido do solicitante/supervisor do laboratório era de 60 sacos (unitários) de 100 litros para autoclave para a rotina laboratorial da unidade para um mês (quantidade essa suficiente para o descarte após esterilização dos resíduos laboratoriais). O memorando não contemplava a forma de apresentação do produto, exemplo: Solicito a compra de 3 pacotes contendo 20 unidades de sacos de 100 litros para autoclave (ou seja, 60 unidades de sacos). Ao invés disso, consta a necessidade de aquisição de 60 sacos.

O departamento de compras, através de seu comprador e sem a descrição correta do solicitante/supervisor, em relação às unidades, realizou um pedido ao fornecedor interpretando a necessidade de 60 unidades. Porém, 60 unidades para o fornecedor significam 60 pacotes contendo 20 sacos cada, ou seja, a intenção do pedido do solicitante/supervisor do laboratório era de 60 sacos unitários/total. O departamento de compras fez o pedido contendo 60 pacotes com 20 unidades, ou seja, 1200 sacos unitários. Para melhor entendimento deste desencontro (que reflete diferentes interpretações da requisição), em valor monetário, observa-se no seguinte fluxograma abaixo:



TIPO DE INTERVENÇÃO E MECANISMOS ADOTADOS

Não foi considerada, nesta observação, a dificuldade no armazenamento, em volume físico, do item dentro do laboratório (em metros cúbicos), uma vez que os espaços físicos dos laboratórios são limitados e isso também é um item de importância na gerencia de compras.

Como medida de intervenção, a proposta de aquisição de materiais deveria seguir uma planilha definida em unidades e formas de apresentação de produtos iguais a todos os setores. De acordo com o modelo proposto:

Item	Descrição	Justificativa de compra	Apresentação	Quantidade
Sacos de autoclave	Saco para autoclave 100 litros, 75 x 105 cm.	Atender a RDC nº 306 da ANVISA para tratamento de RSS tipo A	Pacote com 20 unidades	3 pacotes

Esta planilha seria empregada de forma padronizada em todas as unidades de ensino, sendo encaminhada ao departamento de compras através de redes informatizadas com validação de assinatura eletrônica. Este é outro ponto a ser considerado, pois através da assinatura eletrônica, diminui-se o tempo burocrático, refletindo na agilidade da compra.

Existem planilhas disponíveis em sites de compras que poderiam ser adaptadas para uso dos laboratórios, onde informações adicionais como código de produtos, consumo mensal, saldo do item e observações ao departamento de compras poderiam ser adicionadas (Adaptado de: <http://guiadecompras.com>):

Empresa:			Solicitação para compra de material	Nº 00001	Data: / /	
Comprar	Código	Unid.	Descrição do material	Consumo mensal	Saldo atual	OBS: p/compra
60 sacos	01 0001	Sacos de 100 L	Sacos de autoclave	60	10	3 pacotes com 20 sacos

Para Arnold (1999) a função compra é um processo muito amplo que acaba por envolver a todos na organização. O setor específico, geralmente, em face da competitividade empresarial, precisa da ajuda de outros setores da organização, como o de desenvolvimento de produtos, área financeira, para que as aquisições realmente tragam benefícios para a organização.

De acordo com Baily *et al.* (2000) o processo de compras cada vez mais está se envolvendo na tomada de decisões estratégicas das empresas, pois compras são vistas como uma área de agregação de valor, não simplesmente de redução de custos e também a maior consciência do crescimento do gasto em materiais e do potencial de lucro de compras.

RESULTADOS OBTIDOS E ANÁLISE

O gerenciamento de materiais de laboratório deve buscar, não apenas reduzir custos, mas evitar o desperdício ao realizar compras adequadas às atividades especializadas em laboratórios que envolvam biossegurança. Esse é um tema relevante na atual conjuntura em que estão sendo realizadas pressões para a redução dos custos dos serviços de saúde. O gerenciamento adequado dos RSS pode contribuir significativamente para a redução da ocorrência de acidentes de trabalho e também promove a redução da exposição dos

trabalhadores dos serviços de saúde a materiais biológicos, uma medida de grande valor para a saúde ocupacional.

No presente relato, a questão de pesquisa focada nas negociações de compras, que envolvem itens com especificações incompletas, demonstrou um desperdício de verba e no direcionamento incorreto na aquisição de materiais básicos para execução de gerenciamento de resíduos, lembrando que este problema foi detectado em apenas um item dentre vários necessários para o funcionamento de um laboratório de saúde voltado para o ensino e pesquisa. A incompatibilidade na forma de pedido, bem como na descrição detalhada do material, além da falta de comunicação entre solicitante do departamento e/ou usuário do material e comprador da empresa (que desconhece as especificações e o material *per se*), resultou numa diferença de gasto mensal de R\$ 706,08, gerando um grande desperdício, neste caso, de uma universidade privada.

De acordo com Rebello (apud GARCIA e ZANETTI-RAMOS, 2004) alguns autores afirmam que não há riscos dos resíduos de serviços de saúde ao ambiente e ao homem, mas essa ideia pode induzir empresários da saúde a enxugar despesas com o gerenciamento dos resíduos, reforçando que é lícito querer enxugar custos, porém, não às custas de vidas, segundo o autor.

A maioria dos autores que são favoráveis ao tratamento diferenciado dos resíduos de serviços de saúde por considerarem que esses resíduos apresentam risco para a saúde do trabalhador, para a saúde pública e para o meio ambiente e a obrigação do Estado em determinar por meio de legislações específicas, a tomada de medidas para o correto gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, uma vez que ele possui papel de agente normatizador, protetor e promotor da saúde pública (GARCIA e ZANETTI-RAMOS, 2004).

Segundo Lourenço e Castilho (2006), a implementação de sistemas de gerenciamento de custos é importante para a área de saúde, quando se visa à contenção de gastos sem a perda da qualidade do serviço a que se propõe prestar. Para isso, é necessário o envolvimento não só da área administrativa, mas também dos gerentes das diferentes unidades que compõem uma organização, pois cada integrante deve contribuir, com seu conhecimento específico, na criação, implementação e controle desse sistema.

Devemos ainda considerar as falhas humanas e erros de comunicação como determinantes na aquisição e desperdício de materiais. Castilho *et al.* (2011) consideraram em um estudo prévio, que mais complexa é a questão dos recursos humanos que, devido a sua diversidade e importância inquestionável em qualquer processo organizacional, pode também constituir-se em fonte de diferentes tipos de desperdício. Isso se reflete quando quem solicita um material não faz a aquisição direta, ou seja, outro indivíduo o faz, sendo responsável pela aquisição de materiais da área médica especializada ou de laboratórios de apoio, dos quais não conhece especificações ou unidades a serem adquiridas.

No mundo globalizado e informatizado em que as empresas vivem, cada vez mais nota-se a importância da utilização de novas tecnologias de compras e da implantação de técnicas mais vantajosas que busquem a integração entre clientes e fornecedores, para melhorar a qualidade de serviços e/ou produtos (COLETTI *et al.*, 2002), da mesma maneira neste sentido, a administração de materiais objetiva a otimização do atendimento aos serviços com os mínimos custos de aquisição, de armazenamento e distribuição, com qualidade, conformidade e continuidade (JUNIOR, 2005).

Uma gestão de compras eficiente pode trazer maior agilidade nas operações efetuadas pelas organizações e a qualidade crescente das aquisições, o que para a empresa é um diferencial altamente competitivo e positivo (SIMÕES e MICHEL, 2004). Atualmente se calcula que o total gasto pelas empresas com compras varia de 50% a 80% da receita bruta.

As atividades relacionadas a compras envolvem uma série de fatores como seleção de fornecedores, qualificação dos serviços, determinação de prazos de vendas, previsão de preços, serviços e mudanças na demanda, entre outros. Decorrente das mudanças ocorridas nas organizações, a função compras não é mais vista como uma atividade rotineira e sim como parte do processo de logística das empresas. Isso porque mais do que simplesmente adquirir produtos, o setor de compras atualmente se inter-relaciona com todos os outros setores da empresa, influenciando e sendo influenciado (PROJETO T2TI, 2013).

CONCLUSÃO

A análise documental do acompanhamento de falhas na solicitação de um único item revelou a necessidade de comunicação e interpretação correta entre os atores participantes do processo de compras. Seja através da descrição técnica do solicitante (supervisor ou técnico do laboratório) e a negociação envolvendo o solicitante da tomada decisão das compras, pelo comprador. Todas as partes estão envolvidas, não apenas em fazer “uma boa compra”, mas no gerenciamento de custos para a aquisição de bens para a instituição.

Através de medidas simples como a elaboração de planilhas descritivas de cada item do estoque, pode-se esperar que a redução de custos e gerenciamento de estoques na instituição de ensino, traga melhorias na aquisição de outros bens, através da economia gerada. Como exemplo, a economia de R\$ 706,80 poderia ser empregada na aquisição de outro equipamento fundamental para as práticas de ensino ou compras de novos kits ou reagentes químicos mais caros.

Espera-se que com este relato técnico, outras instituições possam avaliar suas possíveis falhas nos mecanismos de compras de materiais específicos de laboratório de saúde e buscar novas ferramentas para a economia e direcionamento de lucro de suas organizações, sem perder de foco a garantia da biossegurança.

REFERÊNCIAS

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 306. Dispõe sobre o regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/Anvisa+Portal/Anvisa/Inicio/Servicos+de+Saude/Asunto+de+Interesse/Arquitetura+e+Engenharia/Normas>> Acesso em: 10 jun. 2013.

ARANHA, Guiomar Terezinha Carvalho; VIEIRA, REINALDO WILSON. **Estudo de um dos indicadores do custo da qualidade: o desperdício**. 2001. Tese de Doutorado. Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas.

ARNOLD, J. R. T. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 1999.

ASSAD, Carla; COSTA, Glória; BAHIA, Sérgio R. Manual de higienização de estabelecimentos de saúde e gestão de seus resíduos. **Rio de Janeiro: IBAM/Comlurb**, 2001.

BAILY, Peter et al. **Compras: princípios e administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

BERNARDES, José Maria Ramos et al. A Gestão estratégica das compras como política para reduzir custos. **Gestão & Regionalidade**, v. 25, n. 74, 2009.

CASTILHO, Valéria. A enfermagem e o gerenciamento de custos. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 36, n. 3, p. 240-4, 2002.

CASTILHO, Valéria et al. Levantamento das principais fontes de desperdício de unidades assistenciais de um hospital universitário; Survey of the major sources of waste in the health care units of a teaching hospital; Relevamiento de las principales fuentes de desperdicio en las unidades de atención de un hospital universitario. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. spe, p. 1613-1620, 2011.

COLETTI, José Alencar Rotta et al. A importância da gestão de compras para a competitividade das empresas: o caso da Rede Super. **XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção-ENEGEP**, 2002.

DE VARGE MALDONADO, José Manuel Santos; BATISTA, Marco Antonio Cavalcanti. O papel do comprador no processo de compras em instituições públicas de ciência e tecnologia em saúde (C&T/S). **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 4, p. 681-699, 2008.

GARCIA, Leila Posenato; ZANETTI-RAMOS, Betina Giehl. Gerenciamento dos resíduos de serviços. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, n. 3, p. 744-752, 2004.

JUNIOR, Aylton Paulus. Gerenciamento de recursos materiais em unidades de saúde. **Revista Espaço Saúde**, v. 7, n. 1, p. 30-45, 2005.

LOURENÇO, Karina Gomes; CASTILHO, Valéria. Classificação ABC dos materiais: uma ferramenta gerencial de custos em enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 59, n. 1, p. 52-5, 2006.

PLANILHAS. Apresenta planilhas que podem ser adaptadas. Disponível em <<http://guiadecompras.com>> Acesso em: 10 jun. 2013.

SACRAMENTO, Francisco. Desperdícios em instituições hospitalares. **Revista Ibero-Americana de Estratégia-eISSN: 2176-0756**, v. 1, n. 1, p. 15-26, 2007.

SALVATORI, R. U.; WOLF, G.A.K.; DRESCH F.; STRONHSCHOEN A.A.G.; **Laboratório de Microbiologia: normas gerais, instruções de trabalho e procedimentos operacionais padrões**. Lajeado: Ed. da Univates, 2013. 72 p.

SIMÕES, Érica; MICHEL, Murillo. Importância da gestão de compras para as organizações. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Contábeis, ano II**, n. 03, 2004.

T2Ti. Projeto T2Ti ERP. Módulo Suprimentos. Gestão de Compras. Brasília. Disponível em www.t2ti.com – t2ti.com@gmail.com. Acesso em 05/07/2013.